

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing") relativas aos semestres encerrados em 30 de junho de 2014 (1S14) e 2013 (1S13), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou o 1S14 com saldo de carteira de crédito de R\$ 0,6 bilhão, ante R\$ 1,4 bilhão no 1S13. Essa redução está alinhada à retração na carteira de Leasing - Pessoa Física do mercado, que reduziu cerca de 59% nos últimos doze meses, conforme dados do Banco Central. No 1S14, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 81,0 milhões (R\$ 38,6 milhões no 1S13) e patrimônio líquido de R\$ 0,9 bilhão (R\$ 1,4 bilhão em 1S13).

Adicionalmente, no semestre encerrado em 30 de junho de 2014, não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 04 de agosto de 2014.

A Diretoria

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findos em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Balanços Patrimoniais
em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	26.660.317	7.309.232	PASSIVO CIRCULANTE	4.496.886	1.857.890
Disponibilidades (Nota 4)	548	3.239	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	3.300.296	-
			Recursos de debêntures	3.300.296	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	5.194.292	4.613.424	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	2.112	1.364
Aplicações no mercado aberto	5.194.292	4.613.424	FINAME	2.112	1.364
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	21.315.678	2.554.082	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.882	247.111
Carteira própria (Nota 6a)	2.372	31.525	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	2.882	247.111
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	21.305.249	2.522.557			
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6a)	8.057	-			
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.780)	(535)	Outras Obrigações	1.191.596	1.609.415
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	458.160	831.611	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	344.248	308.595
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil (Nota 7a)	(421.097)	(759.356)	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	827.832	1.277.191
Adiantamentos a fornecedores	4.375	-	Diversas (Nota 14b)	19.516	23.629
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7e)	(43.218)	(72.790)			
Outros Créditos	143.321	125.671	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	24.672.534	26.418.763
Negociação e intermediação de valores	16	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	24.672.534	26.418.763
Diversos (Nota 8)	143.305	125.671	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 12a)	24.342.921	25.332.050
			Recursos de debêntures	24.342.921	25.332.050
Outros Valores e Bens (Nota 9)	8.258	13.351	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 13a)	3.383	9.937
Bens não de uso próprio	5.046	8.997	FINAME	3.383	9.937
(Provisão para desvalorizações)	(1.256)	(834)			
Despesas antecipadas	4.468	5.188	Instrumentos Financeiros Derivativos	20.477	134.646
			Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	20.477	134.646
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.495.220	22.327.862	Outras Obrigações	305.753	942.130
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.852.338	19.001.943	Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	92.271	224.482
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	1.293.829	18.428.335	Credores por antecipação de valor residual (Nota 7c)	213.482	717.312
Carteira própria (Nota 6a)	-	26.837	Diversas (Nota 14b)	-	336
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	1.293.829	18.401.498			
Operações de Arrendamento Mercantil	(5.157)	62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	986.117	1.360.441
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 7a)	163.846	510.183	Capital	872.800	998.800
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil (Nota 7a)	(154.304)	(469.240)	De domiciliados no País	872.800	998.800
Adiantamentos a fornecedores	1.075	-	Reservas de Lucros	36.393	324.947
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 7e)	(15.774)	(40.881)	Lucros ou Prejuízos Acumulados	76.924	36.694
Outros Créditos	563.666	568.893			
Diversos (Nota 8)	563.666	568.893			
Outros Valores e Bens (Nota 9)	-	4.653			
Despesas antecipadas	-	4.653			
PERMANENTE	1.642.882	3.325.919			
Investimentos	9.019	5.343			
Outros investimentos (Nota 10)	13.937	8.253			
(Imparidade acumulada) (Nota 10)	(4.918)	(2.910)			
Imobilizado de Uso	-	-			
Outras imobilizações de uso	186	186			
Depreciações acumuladas	(186)	(186)			
Imobilizado de Arrendamento (Nota 11)	1.609.564	3.309.008			
Bens arrendados	2.109.008	3.688.741			
Superveniência de depreciação	1.213.279	2.387.670			
Depreciações acumuladas	(1.712.723)	(2.767.403)			
Diferido (Nota 11)	24.299	11.568			
Perdas em arrendamentos a amortizar	36.943	22.601			
(Amortização acumulada)	(12.644)	(11.033)			
TOTAL DO ATIVO	30.155.537	29.637.094	TOTAL DO PASSIVO	30.155.537	29.637.094

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações de Resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		2014	2013
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.272.548	1.842.287
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7b)	864.733	1.000.113
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6b)	264.722	150.413
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6e)	1.143.093	691.761
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.142.134)	(1.775.334)
Operações de captação no mercado	(Nota 12b)	(1.323.048)	(850.555)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 13c)	(703)	(421)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7b)	(789.290)	(870.400)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 7f)	(29.093)	(53.958)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		130.414	66.953
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(16.569)	(18.508)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 15a)	-	12
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 15b)	16	51
Despesas de pessoal	(Nota 15c)	(266)	(452)
Outras despesas administrativas	(Nota 15d)	(11.219)	(19.250)
Despesas tributárias	(Nota 18c)	(8.554)	(9.370)
Outras receitas operacionais	(Nota 15e)	4.099	15.481
Outras despesas operacionais	(Nota 15f)	(645)	(4.980)
RESULTADO OPERACIONAL		113.845	48.445
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 16)	17.549	11.113
Receitas não operacionais		19.791	12.875
Despesas não operacionais		(2.242)	(1.762)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		131.394	59.558
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 18a)	(50.421)	(20.933)
Provisão para imposto de renda		24.698	1.981
Provisão para contribuição social		(14.440)	(2.657)
Ativo fiscal diferido		(60.679)	(20.257)
LUCRO LÍQUIDO		80.973	38.625
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro por lote de mil ações - R\$		158.645,34	75.674,55
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital	Legal	Expansão	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	998.800	-	26.858	296.158	-	(75)	-	1.321.741
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	75	-	75
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	38.625	38.625
Destinações do Lucro Líquido:								
Reserva legal	-	-	1.931	-	-	-	(1.931)	-
Mutações do período	-	-	1.931	-	-	75	36.694	38.700
Saldos em 30 de junho de 2013	998.800	-	28.789	296.158	-	-	36.694	1.360.441
Saldos em 31 de dezembro de 2013	998.800	-	32.344	296.158	78.173	-	-	1.405.475
Redução do Capital Social (Nota 17a)	(126.000)	-	-	-	-	-	-	(126.000)
Dividendos (Nota 17c)	-	-	-	(296.158)	(78.173)	-	-	(374.331)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	80.973	80.973
Destinações do Lucro Líquido:								
Reserva legal	-	-	4.049	-	-	-	(4.049)	-
Mutações do período	(126.000)	-	4.049	(296.158)	(78.173)	-	76.924	(419.358)
Saldos em 30 de junho de 2014	872.800	-	36.393	-	-	-	76.924	986.117

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	131.394	59.558
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	752.742	849.064
Provisão para arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 7f)	29.093	53.958
Depreciações e amortizações	183.104	294.520
Insuficiência de depreciação	551.664	507.731
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos (Nota 16)	1.993	1.642
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	(1.821)	(8.094)
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos	(10.392)	-
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(899)	(693)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	884.136	908.622
Variações Patrimoniais	(726.143)	73.051
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(1.345.247)	(243.461)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(32.762)	(45.962)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	72.239	97.937
(Aumento) Redução em outros valores e bens	4.542	8.384
Imposto de renda e contribuição social pagos	(154.377)	(114.586)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.240.336	793.422
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(2.804)	(3.575)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(508.070)	(419.108)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	157.993	981.673
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	400.428
Alienação/Vencimento e juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(240)	-
(Aquisição) de investimentos	(7.329)	(4.614)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(200.845)	(67.728)
(Aquisição) de diferidos	(33.590)	(16.564)
Alienação de investimentos	12.037	-
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	257.019	126.345
Alienação de diferidos	12.517	8.541
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	39.569	446.408
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
(Redução) de capital	(126.000)	-
Dividendos pagos	(400.389)	(8.086)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(526.389)	(8.086)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(328.827)	1.419.995
Início do período	5.523.667	3.196.668
Fim do período (Nota 4)	5.194.840	4.616.663
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(328.827)	1.419.995

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações dos Valores Adicionados
em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014		2013	
Receitas	2.264.474		1.810.006	
Receita da intermediação financeira	2.272.548		1.842.287	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	16	(Nota 15a / 15b)	63	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.093)	(Nota 7f)	(53.958)	
Outras receitas/despesas	21.003	(Nota 15e / 15f / 16)	21.614	
Despesas da intermediação financeira	(1.929.937)		(1.426.856)	
Insumos adquiridos de terceiros	(11.175)		(19.229)	
Materiais, água, energia e gás	(1)	(Nota 15d)	-	
Serviços de terceiros	(6)	(Nota 15d)	(12)	
Processamento de dados	(2.720)	(Nota 15d)	(2.688)	
Publicações	(147)	(Nota 15d)	(128)	
Serviços do sistema financeiro	(909)	(Nota 15d)	(1.348)	
Serviços técnicos especializados	(2.827)	(Nota 15d)	(4.435)	
Outras	(4.565)	(Nota 15d)	(10.618)	
Valor Adicionado Bruto	323.362		363.921	
Despesas de amortização/depreciação	(183.104)		(294.520)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	140.258		69.401	
Valor Adicionado a Distribuir	140.258	100,00%	69.401	100,00%
Valor Adicionado Distribuído	140.258	100,00%	69.401	100,00%
Pessoal	220	0,16%	378	0,54%
Salários e honorários	204	(Nota 15c)	330	
Benefícios e treinamentos	-	(Nota 15c)	21	
FGTS	16		27	
Impostos, Taxas e Contribuições	59.021	42,08%	30.377	43,77%
Federais	58.355		29.601	
Estaduais	-		-	
Municipais	666		776	
Remuneração de Capitais de Terceiros	44	0,03%	21	0,03%
Aluguéis	44	(Nota 15d)	21	
Remuneração de Capitais Próprios	80.973	57,73%	38.625	55,65%
Lucro retido (Prejuízo absorvido)	80.973		38.625	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia aplicou ainda o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 04 de agosto de 2014.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações as seguintes reclassificações no Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2013:

- Reclassificação dos Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito de “Outros créditos – Diversos” para “Operações de arrendamento mercantil”.
- Reclassificação da Provisão para operações de arrendamento mercantil de “Outros créditos – Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa” para “Operações de arrendamento mercantil - Provisão para operações de arrendamento mercantil”.

Balanço Patrimonial

	Divulgação anterior	Reclassificação Circulante	Reclassificação Não circulante	R\$ mil Saldo reclassificado
Operações de arrendamento mercantil	23.406	57.498	32.294	113.198
Provisão para crédito de arrendamento mercantil	(106.228)	(4.766)	(2.677)	(113.671)
Outros créditos – Diversos	784.356	(57.498)	(32.294)	694.564
Outros créditos – Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(7.443)	4.766	2.677	-

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. Nos casos em que há ações revisionais em andamento, admite-se classificação inferior ao risco observado através da inadimplência da operação, uma vez que comprovado em extrato dos bancos depositários o recebimento de valor necessário à quitação de todo ou parte do débito, em conta discriminada a favor da Companhia.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação.

As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

As operações de arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada exercício, a Companhia avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a Companhia estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	De 2% a 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre os ajustes de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Disponibilidades	548	3.239
Disponibilidades em moeda nacional	548	3.239
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	5.194.292	4.613.424
Operações compromissadas – Posição bancada	5.194.292	4.613.424
Total	5.194.840	4.616.663

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Aplicações no Mercado Aberto	5.194.292	4.613.424
Re vendas a liquidar – posição bancada	5.194.292	4.613.424
Letras do Tesouro Nacional	4.691.329	1.481.367
Letras Financeiras do Tesouro	-	500.049
Notas do Tesouro Nacional	502.963	2.632.008
Total	5.194.292	4.613.424
Ativo circulante	5.194.292	4.613.424

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Rendas de aplicações no mercado aberto	264.619	136.833
Posição bancada	264.619	136.833
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	4	942
Total	264.623	137.775

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Vencimento em Dias	30/06/2014									30/06/2013			R\$ mil
	Valor de Mercado					Total			Total				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado		
1 – Títulos para negociação													
Títulos Públicos	-	-	-	-	9.122	9.151	9.122	(29)	30.127	30.185	58		
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	9.122	9.151	9.122	(29)	30.127	30.185	58		
2 – Títulos Disponíveis para Venda													
Títulos Privados	1.307	-	-	-	-	1.307	1.307	-	28.177	28.177	-		
Cotas de Fundos de Investimentos	1.307	-	-	-	-	1.307	1.307	-	1.340	1.340	-		
Cotas de FIDC	-	-	-	-	-	-	-	-	26.837	26.837	-		
Total (1 + 2)	1.307	-	-	-	9.122	10.458	10.429	(29)	58.304	58.362	58		

Vencimento em Dias	30/06/2014									30/06/2013			R\$ mil
	Valor de Mercado					Total			Total				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado		
Por Carteira													
Carteira própria	1.307	-	-	-	1.065	2.375	2.372	(3)	58.304	58.362	58		
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-	8.057	8.083	8.057	(26)	-	-	-		
Total	1.307	-	-	-	9.122	10.458	10.429	(29)	58.304	58.362	58		

Vencimento em Anos	30/06/2014						30/06/2013		R\$ mil	
	Valor de Mercado					Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Títulos para negociação	-	-	9.122	-	-	9.151	9.122	30.127	30.185	
Títulos disponíveis para venda	1.307	-	-	-	-	1.307	1.307	28.177	28.177	
Total	1.307	-	9.122	-	-	10.458	10.429	58.304	58.362	

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

Por Carteira	30/06/2014			30/06/2013			R\$ mil
	Valor Contábil			Valor Contábil			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Carteira própria	2.372	-	2.372	31.525	26.837	58.362	
Vinculados à prestação de garantias	8.057	-	8.057	-	-	-	
Total	10.429	-	10.429	31.525	26.837	58.362	

Por Categoria	30/06/2014		30/06/2013		R\$ mil
1 – Títulos para negociação			9.122		30.185
2 – Títulos disponíveis para venda			1.307		28.177
Valor contábil / mercado da carteira			10.429		58.362

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	264.623	137.775
Títulos de renda fixa	61	11.426
Aplicações em fundos de investimento	38	1.212
Total	264.722	150.413

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2014 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

*Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013*

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	30/06/2014			30/06/2013			R\$ mil
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	
Contratos de Futuros							
Compromissos de venda	531.975	-	-	-	-	-	-
DI	531.975	-	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps							
Posição Ativa	17.369.177	106.584	209.737	6.109.910	79.929	138.104	
DI	17.369.177	106.584	209.737	5.181.188	2.711	48.082	
Pré-fixado	-	-	-	928.722	77.218	90.022	
Posição Passiva	2.290.000	(9.408)	(23.359)	19.064.725	(454.033)	(381.757)	
DI	-	-	-	1.423.188	(22.423)	(19.946)	
Pré-fixado	2.290.000	(9.408)	(23.359)	17.641.537	(431.610)	(361.811)	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos							
Posição Ativa	41.243.926	22.478.539	22.389.341	41.311.789	20.962.158	20.785.951	
Box de opções - Pré-fixado	41.243.926	22.478.539	22.389.341	41.311.789	20.962.158	20.785.951	

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias					R\$ mil	
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30/06/2014	30/06/2013
Futuro	48.980	166.121	168.749	148.125	531.975	-
Contratos de swaps	-	14.873.382	3.595.795	1.190.000	19.659.177	25.174.635
Box de opções	-	31.166.312	7.442.053	2.635.561	41.243.926	41.311.789

Composição da Carteira de Derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30/06/2014)

	R\$ mil		
	Futuros	Swap	Box de opções
BM&FBovespa	531.975	-	-
Balcão	-	19.659.177	41.243.926
Instituições financeiras	-	19.659.177	41.243.926

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

Composição da Margem Dada em Garantia

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Letras Financeiras do Tesouro	8.057	-
Total	8.057	-

Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	531.975	1.549.170
<i>Swap</i>	-	1.549.170
Futuro	531.975	-
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	473.078	1.352.062
Operações de arrendamento mercantil	473.078	1.352.062

A Companhia para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	-	(26.862)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	-	27.730
Efeito Líquido	-	868
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	36.744	4.057
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(34.460)	(3.951)
Efeito Líquido	2.284	106

Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Não Circulante

	R\$ mil			
	30/06/2014		30/06/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Contratos de <i>swaps</i>	209.737	-	76.415	61.689
Outros instrumentos financeiros derivativos	21.095.512	1.293.829	2.446.142	18.339.809
Total	21.305.249	1.293.829	2.522.557	18.401.498
Passivo				
Contratos de <i>swaps</i>	2.882	20.477	247.111	134.646
Total	2.882	20.477	247.111	134.646

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
<i>Swap</i>	76.532	436.543
Futuros	29	-
Box de opção	1.068.628	322.859
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	(2.096)	(67.641)
Total	1.143.093	691.761

f) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de hedge			Derivativo	Instrumentos de hedge		R\$ mil	
	30/06/2014		30/06/2013		30/06/2014		30/06/2013	
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado		
Hedge de Operações de arrendamento mercantil / taxa pré-fixada	473.078	1.276	1.352.062	Futuros Swap	531.975	-	- 1.549.170	

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	622.006	1.341.794
Arrendamentos financeiros a receber	622.006	1.341.794
Ativo circulante	458.160	831.611
Ativo não circulante	163.846	510.183

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(575.401)	(1.228.596)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(575.401)	(1.228.596)
Ativo circulante	(421.097)	(759.356)
Ativo não circulante	(154.304)	(469.240)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Receitas de Arrendamento Mercantil	864.733	1.000.113
Arrendamentos financeiros	355.369	465.196
Lucro na alienação de bens arrendados	509.364	534.917
Despesas de Arrendamento Mercantil	(789.290)	(870.400)
Arrendamentos financeiros	(789.290)	(866.296)
Arrendamentos operacionais	-	(4.104)
Total	75.443	129.713

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Setor Privado – No País	639.154	1.439.271
Indústria	8	-
Comércio	27	-
Pessoas físicas	428.338	1.324.665
Outros serviços	210.781	114.606
Total	639.154	1.439.271

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Arrendamentos financeiros a receber	622.006	1.341.794
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(575.401)	(1.228.596)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	1.633.863	3.320.576
Credores por antecipação do valor residual	(1.041.314)	(1.994.503)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	639.154	1.439.271

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	R\$ mil										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2014	30/06/2013
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	4.894	444.820	-	-	-	-	-	-	-	449.714	1.101.281
01 a 30	383	38.871	-	-	-	-	-	-	-	39.254	70.031
31 a 60	347	34.197	-	-	-	-	-	-	-	34.544	62.763
61 a 90	350	32.655	-	-	-	-	-	-	-	33.005	62.548
91 a 180	984	86.857	-	-	-	-	-	-	-	87.841	178.075
181 a 360	1.349	133.795	-	-	-	-	-	-	-	135.144	299.441
Acima de 360	1.481	118.445	-	-	-	-	-	-	-	119.926	428.423
Parcelas Vencidas	7	5.399	-	-	-	-	-	-	-	5.406	10.239
Até 14 dias	7	5.394	-	-	-	-	-	-	-	5.401	10.062
Demais	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5	177
Subtotal	4.901	450.219	-	-	-	-	-	-	-	455.120	1.111.520
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	52.677	36.889	15.292	7.156	6.387	5.610	22.618	146.629	273.346
15 a 30	-	-	3.412	3.300	1.568	642	674	448	1.848	11.892	16.475
31 a 60	-	-	3.181	2.744	1.173	559	587	387	1.573	10.204	14.456
61 a 90	-	-	3.128	2.652	1.128	528	549	377	1.553	9.915	14.246
91 a 180	-	-	8.222	6.915	3.075	1.515	1.332	1.071	4.224	26.354	41.132
181 a 360	-	-	13.299	9.883	4.659	2.222	1.616	1.753	6.526	39.958	70.976
Acima de 360	-	-	21.435	11.395	3.689	1.690	1.629	1.574	6.894	48.306	116.061
Parcelas Vencidas (a)	-	-	2.470	5.292	4.794	2.178	3.145	2.408	17.118	37.405	54.405
De 0 a 14	-	-	52	1.316	672	235	294	153	724	3.446	5.000
15 a 30	-	-	2.416	982	486	170	237	154	755	5.200	7.954
31 a 60	-	-	2	2.992	1.688	419	512	318	1.591	7.522	10.506
61 a 90	-	-	-	2	1.948	593	617	327	1.628	5.115	7.002
91 a 180	-	-	-	-	-	761	1.483	1.454	5.088	8.786	12.416
181 a 360	-	-	-	-	-	-	2	2	7.300	7.304	10.596
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	32	32	931
Subtotal	-	-	55.147	42.181	20.086	9.334	9.532	8.018	39.736	184.034	327.751
Total	4.901	450.219	55.147	42.181	20.086	9.334	9.532	8.018	39.736	639.154	1.439.271

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30/06/2014			30/06/2013		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	4.901	-	-	46.999	-	-
A	0,5	450.219	2.252	2.252	1.064.521	5.323	5.323
B	1	55.147	552	552	86.566	866	866
C	3	42.181	1.265	1.265	73.589	2.208	2.208
D	10	20.086	2.009	2.009	37.565	3.756	3.756
E	30	9.334	2.800	2.800	23.748	7.124	7.124
F	50	9.532	4.766	4.766	16.399	8.199	8.199
G	70	8.018	5.612	5.612	12.296	8.607	8.607
H	100	39.736	39.736	39.736	77.588	77.588	77.588
Total		639.154	58.992	58.992	1.439.271	113.671	113.671

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Saldo inicial	81.841	153.942
Reforço/(reversão)	29.093	53.958
Baixas para prejuízo	(51.942)	(94.229)
Saldo final	58.992	113.671

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	R\$ mil			
	30/06/2014	% da carteira	30/06/2013	% da carteira
Maior Devedor	43.827	6,86%	39.580	2,75%
10 Maiores Devedores	140.041	21,91%	124.648	8,66%
20 Maiores Devedores	165.612	25,91%	152.557	10,60%
50 Maiores Devedores	189.823	29,70%	197.384	13,71%
100 Maiores Devedores	203.193	31,79%	228.902	15,90%

h) Informações Complementares

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Montante de créditos aditados / renegociados no período		1.080
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	(a)	12.017
		7.586

(a) Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	642.714	603.810
Devedores diversos - no País	2.304	428
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22c)	8.375	6.715
Impostos e contribuições a compensar	52.294	62.109
Impostos e contribuições a recuperar	8	4
Ajuste ao valor de mercado de operações de arrendamento mercantil	1.276	21.498
Total	706.971	694.564
Ativo circulante	143.305	125.671
Ativo não circulante	563.666	568.893

9. OUTROS VALORES E BENS

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Bens não de uso próprio	3.790	8.163
Veículos e afins	5.046	8.997
(Provisão para desvalorização)	(1.256)	(834)
Despesas antecipadas	4.468	9.841
Comissões por intermediação de operações (a)	3.935	8.508
Despesas de serviços do sistema financeiro	7	3
Despesas de serviços técnicos especializados	92	79
Outras	434	1.251
Total	8.258	18.004
Ativo circulante	8.258	13.351
Ativo não circulante	-	4.653

(a) Referem-se ao diferimento dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua originação.

10. INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Investimentos por incentivos fiscais	13.937	8.253
(Imparidade acumulada)	(4.918)	(2.910)
Total	9.019	5.343

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Bens Arrendados	2.109.008	3.688.741
Veículos e afins	1.944.752	3.479.332
Máquinas e equipamentos	138.956	165.270
Aeronaves	-	4.861
Móveis	1.903	2.132
Instalações	1.497	1.767
Sistemas de processamento de dados	21.900	35.379
Superveniências de Depreciações	1.213.279	2.387.670
Depreciação Acumulada	(1.712.723)	(2.767.403)
Diferido	24.299	11.568
Perdas em arrendamentos a amortizar	36.943	22.601
Amortização acumulada do diferido	(12.644)	(11.033)
Total	1.633.863	3.320.576

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência / insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota 3g, apresentando a seguinte posição:

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Valor presente	1.680.468	3.433.774
Credores por antecipação do valor residual	1.041.314	1.994.503
Valor presente das operações de arrendamento	639.154	1.439.271
(-) Valor contábil das operações	467.189	1.046.104
Arrendamentos a receber – recursos internos	622.006	1.341.794
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(575.401)	(1.228.596)
Valores residuais a realizar	1.149.306	2.446.842
Valores residuais a balancear	(1.149.306)	(2.446.842)
Bens arrendados	2.109.008	3.688.741
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.712.723)	(2.767.403)
Perdas em arrendamentos a amortizar	36.943	22.601
Amortização acumulada do diferido	(12.644)	(11.033)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	1.213.279	2.387.670

c) Depreciação acumulada

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(1.712.723)	(2.767.403)
(-) Superveniência de depreciação	1.213.279	2.387.670
(=) Depreciação Acumulada	(499.444)	(379.733)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

						R\$ mil	
CAPTAÇÕES		Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2014	30/06/2013	
Debêntures							
Pós-fixado	R\$	100,00% a 111,00% do DI	06/2006	07/2027	27.643.217	25.332.050	
Total					27.643.217	25.332.050	
Passivo circulante					3.300.296	-	
Passivo não circulante					24.342.921	25.332.050	

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

						R\$ mil	
						01/01 a	01/01 a
						30/06/2014	30/06/2013
Despesas de Captações no Mercado Aberto						-	(671)
Carteira de livre movimentação						-	(671)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos						(1.323.048)	(849.884)
Debêntures						(1.323.048)	(849.884)
Total						(1.323.048)	(850.555)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

				R\$ mil	
Programas	Taxas de Atualização			30/06/2014	30/06/2013
FINAME					
Pré-fixado	0,30% a.a. a 8,30% a.a.			5.495	11.301
Total				5.495	11.301
Passivo circulante				2.112	1.364
Passivo não circulante				3.383	9.937

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

							R\$ mil	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	30/06/2014	30/06/2013
Repasses do País								
- FINAME	-	70	2.042	3.383	-	-	5.495	11.301
Total	-	70	2.042	3.383	-	-	5.495	11.301

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

						R\$ mil	
						01/01 a	01/01 a
						30/06/2014	30/06/2013
Despesas de Obrigações por Repasses						(703)	(421)
FINAME						(703)	(421)
Total						(703)	(421)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Impostos e contribuições sobre lucros	128.438	101.793
Impostos e contribuições a recolher	938	1.599
Provisão para riscos fiscais (Nota 22a)	3.313	3.220
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 18d)	303.830	426.465
Total	436.519	533.077
Passivo circulante	344.248	308.595
Passivo não circulante	92.271	224.482

b) Diversas

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Credores diversos - no País	9.734	10.771
Provisão para pagamentos a efetuar	2.926	4.645
Provisão para passivos contingentes (Nota 22a)	6.856	8.549
Total	19.516	23.965
Passivo circulante	19.516	23.629
Passivo não circulante	-	336

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Comissão de corretagem de seguros	-	12
Total	-	12

b) Rendas de tarifas bancárias

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Aditamentos contratuais	16	51
Total	16	51

c) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Honorários	(204)	(330)
Encargos sociais	(62)	(101)
Treinamentos	-	(21)
Total	(266)	(452)

d) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Aluguéis	(44)	(21)
Manutenção e conservação de bens	(20)	(40)
Material	(1)	-
Processamento de dados	(2.720)	(2.688)
Promoções e relações públicas	(2)	(3)
Publicações	(147)	(128)
Serviços do sistema financeiro	(909)	(1.348)
Serviços de terceiros	(6)	(12)
Serviços técnicos especializados	(2.827)	(4.435)
Transportes	-	(2)
Emolumentos judiciais e cartorários	(372)	(1.763)
Impostos e multas de bens arrendados	(4.074)	(8.709)
Outras	(97)	(101)
Total	(11.219)	(19.250)

e) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Reversão de provisão de passivos contingentes	899	1.007
Correção monetária de depósito judicial	168	52
Recuperação de encargos e despesas	193	31
Variação monetária ativa	490	337
Ressarcimento de custos associados	2.349	7.219
Reversão de provisão para remuneração variável	-	5.008
Outras	-	1.827
Total	4.099	15.481

f) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Provisão para passivos contingentes	-	(314)
Indenizações cíveis	(620)	(4.554)
Outras	(25)	(112)
Total	(645)	(4.980)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Receitas não operacionais	19.791	12.875
Investimentos por incentivos fiscais (a)	17.721	4.614
Alienação de valores e bens	2.070	8.261
Despesas não operacionais	(2.242)	(1.762)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(1.993)	(1.642)
Outras	(249)	(120)
Total	17.549	11.113

(a) Refere-se ao ganho apurado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 872.800, está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberada e aprovada a redução do Capital Social no montante de R\$ 126.000, sem alteração na quantidade de ações. A redução do Capital Social foi aprovada e homologada pelo BACEN em 23 de maio de 2014.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para "Reserva para expansão". O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 296.158 mediante a utilização da reserva de expansão.

Em 25 de abril de 2014, os sócios aprovaram a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 26.058 e o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 78.173 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Valores correntes	(128.500)	(116.561)
IR e CSLL no País - Corrente	(128.500)	(101.794)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	-	(14.767)
Valores Diferidos	78.079	95.628
Passivo fiscal diferido	138.758	115.885
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	842	27.034
Superveniência de depreciação	137.916	126.933
Compensação de superveniência de depreciação	-	(38.080)
Outros	-	(2)
Ativo fiscal diferido	(60.679)	(20.257)
Prejuízos fiscais	(48.752)	(44.477)
Superveniência de depreciação	-	38.080
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	(7.707)	(28.378)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

Provisão para operações de arrendamento mercantil	(4.056)	15.752
Provisões para contingências fiscais / cíveis	(265)	(285)
Provisões p/ particip. nos Lucros e Result. e Progr. de longo prazo	-	(1.017)
Provisões para pagamento de honorários	-	2
Outras provisões	101	66
Total	(50.421)	(20.933)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Resultado antes dos tributos e participações	131.394	59.558
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (alíquota de 15%)	(52.558)	(23.823)
Encargos sobre receitas não tributáveis	2.931	3.541
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(797)	(663)
Outros valores	3	12
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(50.421)	(20.933)

c) Despesas Tributárias

	R\$ mil	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Cofins	(6.553)	(7.027)
ISSQN	(666)	(776)
PIS	(1.065)	(1.142)
Outras	(270)	(425)
Total	(8.554)	(9.370)

d) Passivo Fiscal Diferido

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Decorrentes de superveniência de depreciação	303.320	596.918
Decorrentes de compensação da superveniência de depreciação	-	(179.075)
Decorrentes de MTM - TVM / Derivat. / Operações de arrendamento mercantil	510	8.622
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	303.830	426.465
Imposto de Renda	303.639	423.231
Contribuição Social	191	3.234

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Prejuízos fiscais - no País	578.505	679.015
Compensação de superveniência de depreciação	-	(179.075)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de arrendamento mercantil	59	18.300
Provisão para operações de arrendamento mercantil	59.909	80.757
Provisões para contingências e Obrigação legal	3.688	4.344
Provisões para pagamento de honorários	51	135
Outras provisões	502	334
Total dos Créditos Tributários Ativados	642.714	603.810
Imposto de Renda	618.636	564.859
Contribuição Social	24.078	38.951

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

	R\$ mil	
	Valor nominal	Valor presente
Em 2014	49.911	47.324
Em 2015	51.657	44.059
Em 2016	27.230	20.776
Em 2017	16.122	10.990
Em 2018	10.092	6.143
A partir de 2019	487.702	169.254
Total de Créditos Tributários	642.714	298.546

No semestre findo em 30 de junho de 2014, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 65.874 (R\$ 123.103 em 2013), correspondente a 50% (87% em 2013) da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2013.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	R\$ mil	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2014	6%	25%
Em 2015	7%	22%
Em 2016	2%	24%
Em 2017	1%	15%
Em 2018	-	12%
A partir de 2019	84%	2%

- (a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;
- (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

19. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração:

	R\$ mil	
	30/06/2014	30/06/2013
Honorários	204	330
Encargos sociais	62	101
Total	266	431

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

R\$ mil						
	30/06/2014					
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Pessoal chave da administração (a)	Outras(b)	Total
Ativos						
Disponibilidades	24	-	178	-	-	202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	5.194.292	-	-	5.194.292
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	22.599.077	-	-	22.599.077
Outros créditos	-	-	16	-	-	16
Passivos						
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(26.136.015)	-	-	(26.136.015)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(23.359)	-	-	(23.359)
Resultado						
01/01 a 30/06/2014						
Rendas de juros e prestação de serviços	-	17.721	1.409.781	-	-	1.427.502
Despesas com captação	-	-	(1.237.380)	-	-	(1.237.380)

R\$ mil						
	30/06/2013					
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Pessoal chave da administração (a)	Outras(b)	Total
Ativos						
Disponibilidades	12	-	230	-	-	242
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	4.613.726	-	-	4.613.726
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	20.924.056	-	-	20.924.056
Passivos						
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(23.832.673)	-	-	(23.832.673)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(381.757)	-	-	(381.757)
Resultado						
01/01 a 30/06/2013						
Rendas de juros e prestação de serviços	-	4.614	897.177	-	-	901.791
Despesas com captação	-	-	(790.104)	-	-	(790.104)

- (a) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.
(b) Em 2013, inclui BV Participações e Controladas.

20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO

	30/06/2014		30/06/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
R\$ mil				
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.194.292	5.194.292	4.613.424	4.613.424
Títulos e valores mobiliários	10.429	10.429	58.362	58.362
Instrumentos financeiros derivativos	22.599.078	22.599.078	20.924.055	20.924.055
Operações de arrendamento mercantil	581.437	581.437	1.347.098	1.347.098
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	27.643.217	27.643.217	25.332.050	25.332.050
Obrigações por repasses do País	5.495	5.495	11.301	11.301
Instrumentos financeiros derivativos	23.359	23.359	381.757	381.757

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 30 de junho de 2014:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	674
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(18.845)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
em 30 de junho de 2014 e 2013

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(38.640)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 30 de junho de 2014:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	156
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(4.297)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	(8.689)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial (1)	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupom de índice de preço	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano.

A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré-fixada, no dia 31 de dezembro de 2013, para o prazo de um ano é 11,4%. Desse modo, toda a curva sofre um choque em 2,8% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	R\$ mil			
	Demandas fiscais (a)		Demandas cíveis (b)	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Saldo inicial	3.302	3.084	7.504	9.379
Constituições	192	218	1.084	1.481
Reversões	(61)	(17)	(635)	(697)
Baixas	(227)	(161)	(1.565)	(1.614)
Atualizações	107	96	468	-
Saldo final	3.313	3.220	6.856	8.549

(a) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo

apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

- (b) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN nº 3.823/2009.

		R\$ mil	
		30/06/2014	30/06/2013
Contingências fiscais	(a)	855	56.359
Contingências cíveis	(b)	135	134
Total		990	56.493

- (a) Referem-se basicamente ao questionamento referente à ISS, no valor de R\$ 56 (R\$ 54.386 em 2013).

- (b) Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

		R\$ mil	
		30/06/2014	30/06/2013
Contingências fiscais		1.907	1.535
Contingências cíveis		6.468	5.180
Total		8.375	6.715

d) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão

dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital econômico, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esse conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital determinadas no documento “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada” (Basileia II), visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme determinado pela Resolução nº 3.988 do CMN, a Instituição implementou estrutura de gerenciamento de Capital que contempla os itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias claramente documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;

- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração); e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Com relação ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), o Conglomerado implantou a estrutura de governança e os processos necessários previstos na Resolução nº 3.988 do CMN e na Circular nº 3.547 do BACEN, contemplando a gestão de todos os riscos relevantes e o cálculo da necessidade de Capital.

Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão do Patrimônio é executada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Banco.

Anualmente é elaborado um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações das empresas pertencentes ao Banco, visando à avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios.

Mensalmente após a apuração do PR e do PRE, são divulgados, para as áreas envolvidas, relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e o Índice de Basileia.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia está sendo apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;

- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 30 de junho de 2014, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado foi de 15,1% (13,9% em 2013).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 30 de junho de 2014.

b) Resolução CMN 4.294/2013 que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País

Em 20 de dezembro de 2013 o Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.294/2013 e a Circular CMN nº 3.693/2013, cuja vigência iniciará em janeiro de 2015, as quais estabeleceram procedimentos para contratação, remuneração e contabilização da remuneração de correspondentes. A Companhia ainda está avaliando os possíveis impactos da adoção da norma.

c) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A Companhia está avaliando a Lei 12.973/2014 que entra em vigor em 1º de janeiro de 2015. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para o Conglomerado.

d) Lei 12.996/2014 com alterações da Medida Provisória 651/2014

Em 10 de julho de 2014, foi publicada a Medida Provisória nº 651 (MP 651/2014) que, dentre

disposições destaca-se a alteração na Lei nº 12.996/2014 que reabriu o prazo para pagamento e parcelamento de débitos tributários (“Refis da Crise”), vencidos até 31 de dezembro de 2013, incluindo os débitos perante as autarquias federais. As principais alterações introduzidas com a publicação da MP651/2014 foram:

- Reabertura do prazo (até o dia 25 de agosto de 2014) para pagamento à vista ou parcelamento com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL;
- Pagamento antecipado de parte da dívida (na hipótese de adesão ao parcelamento), em até cinco parcelas, nos termos da Lei;
- Possibilidade de reparcelamento de débitos incluídos em quaisquer parcelamentos anteriores;

A Companhia possui processos cujas características podem atender aos requisitos da Lei nº 12.996/2014, que estão em avaliação pela Administração para adesão.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Proposta de Pagamento de Dividendos Intermediários

Em 30 de julho de 2014 a Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários relativos ao resultado do primeiro semestre de 2014, no valor de R\$ 76.924.
